

---

## O acervo arquivístico do ponto de memória da Cidade Estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo resistência e instrumento dos direitos humanos

**Cleice de Souza Menezes**

cleice.menezesarquivo@gmail.com

**Georgete Medleg Rodrigues**

medleg.georgete@gmail.com

**Silmara Küster de Paula Carvalho**

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, Brasil

[silmarakuster@gmail.com](mailto:silmarakuster@gmail.com)

DOI:<https://doi.org/10.26512/rici.v15.n3.45687>

Recebido/Recibido/Received: 2022-10-27

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2022-11-22

### ARTIGOS

---

#### Resumo

Esta pesquisa analisa o acervo arquivístico pertencente ao Ponto de Memória da Estrutural, fundado em 2011 e localizado na Cidade Estrutural, Distrito Federal (Brasil). Este espaço de memória é o resultado do Programa criado pelo Instituto Brasileiro de Museus em parceria com o Ministério da Justiça e com a Organização dos Estados Ibero-americanos. Em 2009, foram selecionadas 12 cidades brasileiras, em comunidades periféricas que já apresentavam alguma iniciativa comunitária de memória. Em 2019, a Casa dos Movimentos, local que abrigava o Ponto de Memória da Estrutural, foi desativado e as atividades tiveram continuidade no espaço da Biblioteca Comunitária, localizada na mesma cidade. Toda a documentação gerada e acumulados desde a sua fundação auxiliaram no processo de identidade territorial e comunitária, demonstrando orgulho e pertencimento as trajetórias compartilhadas pelos membros da comunidade. A disseminação do acervo e das práticas de tratamento, seleção, conservação e acesso são indícios que demonstram a relação da comunidade com sua história, memória e com o seu território; podendo ainda ser utilizados para a compreensão formativa de Brasília. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa-descritiva. Foi realizada a leitura de bibliografia que versa sobre acervos arquivísticos de populares, sobre arquivos comunitários, ecomuseus e bibliotecas populares. Além de bibliografia sobre acervos, direitos humanos e arquivos enquanto resistência. Foram acessados relatórios de atividades em que são demonstradas as ações tanto por parte do governo, quanto aquelas realizadas para estimular a comunidade e demonstrar a importância dos seus documentos e de seu processo histórico para a identidade e pertencimento da população. No entanto, ameaças sofridas na localidade foram os fatores que nortearam a descontinuidade do Projeto, como invasões e roubos recorrentes, esses fatores fizeram com que a formação do acervo, o tratamento, o acesso e a difusão fossem interrompidos.

**Palavras-Chave:** Arquivos. Ponto de Memória. Cidade Estrutural (Distrito Federal). Direitos humanos.

## **El fondo archivístico del ponto de memória da Cidade Estrutural (DF, Brasil): el documento como símbolo de resistencia e instrumento de derechos humanos**

### **Resumen**

Esta investigación analiza el fondo archivístico perteneciente al Ponto de Memória da Estrutural, fundado en 2011 y ubicado en Cidade Estrutural, Distrito Federal (Brasil). Este espacio de memoria es el resultado del Programa creado por el Instituto Brasileño de Museos en colaboración con el Ministerio de Justicia y la Organización de Estados Iberoamericanos. En 2009, fueron seleccionadas 12 ciudades brasileñas, en comunidades periféricas que ya tenían alguna iniciativa de memoria comunitaria. En 2019, la Casa dos Movimentos, el lugar que albergaba el Ponto de Memória da Estrutural, fue desactivada y continuaron las actividades en el espacio de la Biblioteca Comunitaria, ubicada en la misma ciudad. Toda la documentación generada y acumulada desde su fundación ayudó en el proceso de identidad territorial y comunitaria, demostrando orgullo y pertenencia a los caminos compartidos por los comuneros. La difusión de la colección y las prácticas de tratamiento, selección, conservación y acceso son indicios que demuestran la relación de la comunidad con su historia, memoria y con su territorio; y también puede ser utilizado para la comprensión formativa de Brasilia. Como metodología se utilizó la investigación bibliográfica y documental, cualitativa-descriptiva. Se leyó una bibliografía que trata sobre colecciones de archivos populares, archivos comunitarios, ecomuseos y bibliotecas populares. Además de bibliografía sobre colecciones, derechos humanos y archivos como resistencia. Se accedió a informes de actividades en los que se accedió a acciones tanto del gobierno como las realizadas para dinamizar a la comunidad y demostrar la importancia de sus documentos y su proceso histórico para la identidad y pertenencia de la población. Sin embargo, las amenazas sufridas en la localidad fueron los factores que orientaron la discontinuidad del Proyecto, como las invasiones y robos recurrentes, estos factores provocaron que se interrumpiera la formación de la recolección, tratamiento, acceso y difusión.

**Palabras clave:** Archivos. Punto de memoria. Ciudad Estructural (Distrito Federal). Derechos humanos.

## **The archival collection of the memory point of Cidade Estrutural (DF, Brazil): the document as a symbol of resistance and an instrument of human rights**

### **Abstract**

This research analyzes the archival collection belonging to the Ponto de Memória da Estrutural, founded in 2011 and located in Cidade Estrutural, Distrito Federal (Brazil). This memory space is the result of the Program created by the Brazilian Institute of Museums in partnership with the Ministry of Justice and the Organization of Ibero-American States. In 2009, 12 Brazilian cities were selected, in peripheral communities that already had some community memory initiative. In 2019, Casa dos Movimentos, the place that housed the Ponto de Memória da Estrutural, was deactivated and activities continued in the space of the Community Library, located in the same city. All the documentation generated and accumulated since its foundation helped in the process of territorial and community identity, demonstrating pride and belonging to the paths shared by the community members. The dissemination of the collection and the practices of treatment, selection, conservation and access are indications that demonstrate the relationship of the community with its history, memory and with its territory; and can also be used for the formative understanding of Brasilia. As a methodology, bibliographic and documental, qualitative-descriptive research was used. A bibliography was read that deals with popular archival collections, community archives, ecomuseums and popular libraries. In addition to bibliography on collections, human rights and archives as resistance. Activity reports were accessed in which actions by both the government and those carried out to stimulate the community and demonstrate the importance of its documents and its historical process for the identity and belonging of the population were accessed. However, threats suffered in the locality were the factors that guided the discontinuity of the Project, such as recurrent invasions and robberies, these factors caused the formation of the collection, treatment, access and dissemination to be interrupted.

**Keywords:** Archives. Memory Point. Structural City (Federal District). Human rights.

## **1 Introdução**

O Programa Ponto de Memória teve início em 2009 e contava como apoio do Ministério da Justiça (MJ), do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e com a

Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) através do Projeto de Cooperação Técnica Internacional. O Programa emerge articulado com a Política Nacional de Museus e com a participação de profissionais brasileiros da área museológica. Os primeiros doze Pontos de Memória eleitos para a etapa inicial tinha por premissa as ações voltadas para o aporte memorialístico de identificação, registro, compartilhamento e preservação das memórias dos grupos sociais onde estavam instalados. Os eleitos foram: Pontos de Memória do Taquaril (Belo Horizonte/MG), da Grande São Pedro (Vitória/ES), da Brasilândia (São Paulo/SP), Ponto de Memória - Museu Cultura Periférica - Jacintinho (Maceió/AL), Ponto de Memória do Beiru (Salvador/BA) e Museu Mangue do Coque (Recife/PE), Ponto de Memória do Grande Bom Jardim (Fortaleza/CE), o de Terra Firme (Belém/PA) e o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro (Porto Alegre/RS), Ponto de Memória da Estrutural (Brasília/DF), o Museu de Periferia — MUPE (Curitiba/PR) e o Museu de Favela — MUF (Rio de Janeiro/RJ).

De acordo com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (2016), na etapa inicial do Programa percebeu-se o caráter inovador da ação. E no decorrer dos anos de 2009 a 2013 esse modelo de parceria entre as comunidades e as instituições auxiliou na promoção do conhecimento das comunidades e da valorização da memória social, no fortalecimento das tradições locais e da percepção de pertencimento da comunidade com a região onde residem, na valorização das potencialidades locais impulsionando o turismo e, conseqüentemente, a economia local e, ainda houve a melhoria na qualidade de vida e a redução da pobreza e das taxas de violência.

O artigo propõe-se a analisar os documentos arquivísticos produzidos, acumulados, conservados pela comunidade e pelos integrantes que atuaram diretamente no Programa Ponto de Memória da Estrutural, entre 2009 e 2019. Os documentos arquivísticos são os registros das atividades desempenhadas no decorrer do Programa; eles podem retratar a história das comunidades, podem contribuir para a preservação dos patrimônios locais e identitários de forma inclusiva e diversificada (FLINN, 2007). O conceito de arquivos comunitários está diretamente relacionado com o conjunto documental ora produzido já que ele se relaciona com grupos sociais preocupados com uma falta de representatividade, que passam a acumular os conjuntos documentais que caracterizam as suas vivências. Os arquivos comunitários podem ser constituídos de acordo com as diferentes perspectivas sociais que motivaram a sua criação seja por aspectos religiosos, identitários, econômicos ou socioespaciais. O mesmo tanto pode ser custodiado por uma instituição formal ligada ao Estado ou de forma independente, no entanto, uma das motivações para sua constituição é o fato dos grupos sociais não se sentirem representados pelos arquivamentos promovidos pelo Estado. O conjunto documental constituído pela comunidade tem que ser representativo desse grupo, os integrantes da

comunidade têm que se sentir representados por aquele conjunto documental que fora produzido por eles mesmos.

Os arquivos comunitários, enquanto um conceito difundido em maior parte nos países de língua inglesa tais como Inglaterra e Estados Unidos (MENEZES E TENAGLIA, 2021) tem seus equivalentes no Brasil, tais como os Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDC) que estão diretamente ligados aos arquivos de movimentos sociais, que também podem ser caracterizados como documentos populares (CAMOLEZE, 2022). Os documentos populares podem ser entendidos enquanto parte constitutiva do processo cultural, social e político que está em constante transformação, são compreendidos a partir das demandas dos movimentos populares. Essa abordagem se distingue de uma perspectiva que analisa os documentos a partir de uma concepção de que a cultura produzida pelo povo seria autêntica e tradicional, trazendo assim uma perspectiva estática da cultura popular e dos documentos produzidos por eles que não leva em consideração a diversidade e os processos de constituição dos registros (SALLES, 2013, p. 20).

Esses documentos incluem-se ainda na perspectiva dos documentos arquivísticos de justiça social que visam garantir a democratização dos arquivos e a inclusão de grupos marginalizados (CASWELL e CIFOR, 2016) no rol dos conjuntos documentais que poderão ser acessados em qualquer momento histórico. A abordagem da justiça social, identidade, gênero, religião, geográfico serve de impulso para projetos que visam garantir que os grupos sub-representados nos arquivos tradicionais ou por abordagens memorialísticas convencionais possam ser atrelados aos debates de redução e aniquilamento das desigualdades, de poderes hegemônicos, de políticas segregacionistas.

Analisar as práticas de constituição, tratamento, arquivamento e acesso de um projeto do Estado ligado a uma comunidade que foi constituída partir de um dos lixões instalados na Capital Federal do Brasil é compreender que os indivíduos que habitam esse lugar têm uma história, tem um passado e que carecem de visibilidade e empoderamento. A análise dos documentos tem como prerrogativa a compreensão das transformações sociais e da forma como a comunidade deseja ser caracterizada.

## **2 Centros Populares de Documentação e Comunicação e os Direitos Humanos**

No lugar das invisibilidades sociais em que grupos politicamente minoritários são colocados não é o lugar da inexistência, em se tratando dos documentos produzidos, eles estão margeando o sistema burocrático. Dentro dessa perspectiva os estudos no Brasil sobre os Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDC) tiveram início na década de 1990. Segundo Ramalho *et al.* (1999) os estudos sobre os CPDC têm origem no Seminário

Interinstitucional de Política Social e Desenvolvimento: Brasil – Reino Unido, realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) onde os temas trabalhados foram serviços informacionais para comunidades economicamente desfavorecidas; educação de adultos; informações e modos culturais e CPDC. Ramalho *et al.* (1999) salienta a não existência de muitos estudos sobre o tema. Ao pesquisar no Google Acadêmico, o termo “Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDC)”, só retornaram 06 (seis) artigos. Um deles é o do Ramalho *et al.* (1999) e todos os demais artigos remontam à década de 1990.

De acordo com ABATH *et al.* (1996) os centros populares nasceram no final da década de 1960, no contexto da Ditadura Militar, período em que os movimentos sociais foram silenciados. Os grupos viram a necessidade de terem suas demandas atendidas e seus documentos preservados já que o Estado autoritário não garantia as prerrogativas dos grupos minoritários.

Inicialmente, esses Centros estiveram ligados as instituições religiosas e nos anos iniciais “os CPDCs se caracterizaram pelo desenvolvimento de trabalhos com os movimentos sociais, documentando-os e se constituindo fonte de informação para os politicamente marginalizados” (ABATH, *et al.*, 1996, p. 20). As Comunidades Eclesiais de Base (CEB), tinham como base ideológica a Teologia da Libertação, que objetivavam solucionar a pobreza ou as carências de grupos sociais por meio da leitura crítica da sociedade e por meio das transformações sociais. A ação da Igreja favoreceu e beneficiou o armazenamento de documentos de grupos sociais desfavorecidos.

Nos anos 1980 e com a ampliação dos debates em torno da abertura política os CPDCs

foram se tornando entidades autônomas e se transformando em ONGs, pertencendo ou não a movimentos sociais, se constituindo fonte de informação, principalmente, para os socialmente marginalizados, isto é, comunidades carentes, militância homossexual, questão indígena, atuação feminina, questão agrária, entre outros. De forma geral os CPDCs cumprem três grandes grupos de tarefas: a) tarefas de documentação; b) trabalhos com meios de comunicação e produção de imagens; c) tarefas de conscientização, organização e mobilização (ABATH, *et al.*, 1996, p. 20)

Em sua maioria, os estudos que analisam os arquivos sobre a temática dos direitos humanos referem-se à defesa dessas garantias frente às demandas das violações praticadas pelo Estado contra grupos subjugados, fundos documentais de entes repressivos, documentos de transição e de Comissões nacionais da Verdade. O mesmo pode ser constatado ao realizar uma rápida busca pelos termos “Arquivos e Direitos Humanos” no Google Acadêmico. Ao pesquisar tais termos no dia 01/08/2022, retornaram 32 artigos – e, desse total, apenas quatro não trazem a perspectiva repressiva, mas sim o aspecto decolonial, *fake news*, restituição de bens culturais

às comunidades originárias, a função social do arquivo, o uso de um software livre de acesso com auxiliar a memória, além da atenção a grupos sociais que possuem direito à memória enquanto um direito humano.

A documentação de grupos sócio-políticos minoritários, tais como escravizados, negros, mulheres, gays, favelados não tem ainda uma projeção dentre as análises acadêmicas arquivísticas que versam sobre os direitos humanos, um dos motivos pode ser que:

“mesmo a documentação manuscrita e a produção literária antiga conservadas, referem-se quase exclusivamente ao mundo dos homens brancos – pairando desconcertante silêncio sobre a pluralidade da população brasileira, depreciativamente chamada pelos donos do poder, de “gentalha” e “arraia miúda”, raramente de “povo” ou “plebe”. Raras são as informações e registros sobre as mulheres, escravos, populações indígenas e demais minorias sociais, que somadas, constituíam a maioria do povo brasileiro – malgrado minoritárias no acesso ao poder e ao direito de ficar na história.” (MOTT, 2001, s/p)

Dentro da perspectiva arquivística e de seus paradigmas, o modelo pós-custodial que emerge no final do século XX é o que melhor se adequa a perspectiva inclusiva dos arquivos comunitários. Esse paradigma relaciona-se e sofre o impacto das novas tecnologias e dos novos suportes de informações e versa sobre as práticas nos arquivos voltados para a informação, em detrimento aos documentos enquanto registro em um suporte. A vivência de uma experiência pós-custodial reflete na prática do profissional arquivista onde eles passam a se debruçar não apenas sobre as formas e as maneiras do processo de arquivamento, mas também questionam as escolhas e as práticas de acervamento que enaltecem aspectos dos conjuntos documentais que reforçam a colonialidade ao invés de questioná-las. Práticas que continuam privilegiando o recolhimento (a entrada de acervos nas instituições) de pessoas cis, heteronormativas, brancas; de descrições que mascaram os aspectos escravagistas, misóginas, fascistas dos produtores. Dentro do âmbito da temática dos arquivos enquanto arsenais de responsabilidades, atreladas a transparência, abertura, democratização em oposição a corrupção, segredo. Assim, os arquivos auxiliar na detecção de fraudes do Estado. Dentro da abordagem imposta pelo novo paradigma arquivístico, uma nova perspectiva em relação às responsabilidades atribuídas às instituições arquivísticas devem englobar os marginalizados:

“O pós-modernismo ofereceu um prisma importante para a responsabilidade: ele reconhece que os significados e os propósitos dos documentos deveriam ser alterados de forma a incorporarem a experiência dos marginalizados como contraponto ao arquivo construído pelos poderosos. A dimensão política da responsabilidade tornou-se mais patente na literatura arquivística através do enfoque na ‘política arquivística’, com ênfase especial sobre as sociedades pós-coloniais e os grupos minoritários cujos membros foram

frequentemente apagados dos documentos” (IACOVINO, 2016, p. 271),

A historiadora Luciana Heymann (2018) em entrevista a Cristiane D’Avila para o site “Café História” afirma que “o menor número de arquivos de mulheres nas instituições de memória reflete a desigualdade de oportunidades que tem marcado a sociedade brasileira, responsável por reservar mais e melhores lugares para os homens”, complementando que os melhores lugares são delegados aos homens brancos caracterizados como indivíduos que possuem relevância social. Isso demonstra que os grupos formados por indivíduos desprovidos de bens materiais não estão representados nas instituições de guarda de documentos, daí vem um dos motivos da importância da articulação dos grupos e de movimentos que não se sentem representados de se articularem para manter as suas demandas em um espaço de arquivamento independente de uma concepção formalizada e enraizada de aspectos opressores.

Compreender a produção e o armazenamento dos documentos produzidos por grupos sociais que desejam manter vivo o seu posicionamento, suas vivências, seu modus operandi é importante para que a diversidade e as diferentes visões sejam guardadas, avaliadas, preservadas, descritas, classificadas e difundidas. No entanto, esses conjuntos documentais constituídos por diferentes produtores não necessariamente estariam ligados a instituições tradicionais, como os arquivos públicos. Porém, frente ao entendimento do Estado eles deveriam compor o que Terry Cook (1998) chama de “malha arquivística global brasileira” (p. 142) que se constituiria de modo semelhante aos “arquivos totais” canadense e que levaria em consideração os limites legais impostos pela legislação brasileira sem que houvesse o enaltecimento de fundos documentais públicos em detrimento dos privados. Onde haveria uma integração entre todos os arquivos do país reforçando o papel deles enquanto elemento social que provê a guarda, preservação e acesso aos documentos produzidos no decorrer das atividades de um ente público ou privado, independente do seu suporte, podendo ainda reforçar o caráter cultural em que os documentos arquivísticos se atrelariam a historicidade, memória, dentre outros.

### **3 Os documentos arquivísticos do Ponto de Memória da Estrutural**

Analisar os documentos arquivísticos produzidos no âmbito de um projeto em que a ênfase se dá sobre os registros informacionais museológicos e sobre a constituição de um museu é ter que, primeiramente, definir e estabelecer os entendimentos do que vem a ser um documento de arquivo e o que o diferencia de um documento museológico.

No que tange aos documentos arquivísticos, pode-se defini-los por meio da Lei 8159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece as suas competências. Os documentos arquivísticos são “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (Art. 2, Lei 8.159/1991). Os documentos arquivísticos estão imbuídos de técnicas e princípios desde a sua produção, perpassando pela organização, guarda, preservação e utilização. Segundo Rousseau e Couture (1998, s.p) o arquivo é “espelho da sociedade que o constitui, o conserva e o explora para fins administrativos, jurídicos, culturais, patrimoniais ou de pesquisa”.

Os documentos custodiados pelos museus têm algumas funções; dentre elas, eles servem à contemplação, ao prazer, as práticas educacionais, informacionais, além de estar atrelado à questão sociocultural. Não são reunidos com a finalidade de comprovação, nem têm uma perspectiva administrativa ou jurídica tão claras. Tanto os arquivos quanto os museus foram considerados, no decorrer de sua história, como suporte à memória e em ambos os casos houve uma ressignificação na formulação de técnicas restritas às prerrogativas da área; por mais que ela estabelecesse relações com diferentes áreas de atuação. Ambas as áreas foram consideradas como auxiliares à História e isso fez com que elas tivessem que ter as suas características, seus princípios, métodos e definições consolidados para que não fossem atreladas a outra área e pudessem se estabelecer enquanto disciplinas. A museologia tem sua relação com o social mais claro e estabelecido do que a arquivologia, que de modo geral é associada a demandas administrativas e institucionais.

Em se tratando dos documentos produzidos pelo Ponto de Memória da Estrutural, pode-se enquadrá-los como documentos de resistência, Silmara Kuster (2020) afirma que o Ponto de Memória da Estrutural pode ser considerado um espaço museológico de resistência,

“aberto à sociedade e que oportuniza a pessoas comuns e comunidades urbanas periféricas, negligenciadas pelo sistema hegemônico, descobrirem a importância do poder da memória numa perspectiva cidadã, visando a tomada de decisões sobre questões pertinentes ao grupo local, seu território e patrimônio cultural” (p. 35).

A perspectiva social dessas disciplinas segundo Araújo (2014, p. 97) são observadas a partir das transformações ocorridas no século XX. Nesse período foram promovidas alterações no entendimento e no escopo da Ciência da Informação, que ampliou sua perspectiva para as funções sociais dos arquivos, bibliotecas e museus. Seu papel nos conflitos sociais, as apropriações dos sujeitos, os efeitos de sentido gerados por seus acervos e pelas técnicas aplicadas passaram a valorizar o indivíduo inserido no contexto social. Com isso, seja dentro de



uma perspectiva museal ou arquivística os indivíduos enquanto produtores de registros documentais a partir do século XX passaram a ser percebidos e o contexto de produção de seus registros passou a ser contextualizado, importando-se assim não só com os documentos mas uma percepção integral.

Maria Otero Rocha (1990) sinaliza a importância dos documentos/ documentação para a transformação social:

“a documentação como um instrumento pedagógico para a mudança social, dentro da perspectiva das classes populares. Contrapõe-se, desta maneira, à visão da neutralidade técnica e da despolitização com que é vista a documentação tradicional (ROCHA, 1990, p.27 *apud* Miani, 2018, p. 6).

Os documentos reunidos pela comunidade da Cidade Estrutural estimulados pelo Programa Ponto de Memória podem ser inseridos dentro da definição apresentada no tópico anterior dos arquivos comunitários e também dos Centro Populares de Documentação e Comunicação. Cabe salientar que o propósito deste artigo recai sobre o tratamento dos documentos arquivísticos (a forma como foram reunidos, qual o tratamento dado a esse conjunto documental, se existe alguma ação quanto a difusão e como se dá o acesso) e não sobre a noção de memória. E que as práticas empreendidas de tratamento, seleção, conservação e acesso são indícios que demonstram a maneira como a comunidade se relaciona com sua história, memória e com o seu território.

O Projeto Ponto de Memória da Cidade Estrutural teve início em 2011, porém as iniciativas selecionadas pelo Instituto Brasileiro de Museus, à época vinculado ao Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), nas 12 cidades brasileiras, em comunidades periféricas, deveriam apresentar alguma iniciativa comunitária de memória.

Figura 1 – Logotipo do Projeto Pontos de Memória



(Fonte: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/cidade-estrutural-df-lanca-ponto-de-memoria-neste-sabado-21-durante-semana-de-museus>. Acessado em: 07/08/2022)

No caso da Cidade Estrutural havia o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE), iniciado em 2003. O MECE teve origem em ações de alfabetização de adultos, tendo por base o método de alfabetização Paulo Freire. “No ano de 2004, além das formações em alfabetização o Mece promoveu a organização da Biblioteca Comunitária com sede na Fundação Brasília de Artes e Humanidade [Fubrah]” (KUSTER, 2020, p. 144). O MECE passou a atuar na Escola Classe 1, autorizado pela Coordenação Regional de Ensino do Guará do Distrito Federal. O MECE ofereceu o Curso de Políticas Públicas, ministrado pelo Instituto Agostin Castejon (IAC), que promoveu a formação de 10 (dez) moradores, além parcerias com o Círculo Operário do Cruzeiro (COC), para a realização do curso de lideranças. Através da entrevista da com Maria Abadia Teixeira de Jesus (2018), gravada por Silmara Kuster, ela apresenta que no MECE o indivíduo e a sua melhoria de qualidade vida eram prioridades.

Figura 2 – Inauguração do Ponto de Memória da Estrutural



(Fonte: Ponto de Memória da Estrutural)

Através do Projeto de Desenvolvimento Institucional e Técnico Operacional para a Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil, Prodoc OEI/BRA 08/007 teve início o mapeamento das ações realizadas pelo Brasil por movimentos, grupos, coletivos que por meio de práticas culturais que reivindicam por melhores condições de vida como saúde, educação, cultura, lazer, moradia. Maria Abadia Teixeira de Jesus (2018) relata que ao serem selecionados o MECE e seus colaboradores fizeram uma enquete com os moradores da Cidade Estrutural, “O que você acha de ter um museu na sua comunidade”. No entanto, a própria líder comunitária reitera que a pergunta era muito audaciosa já que o intuito era uma iniciativa de memória que poderia vir a ser um museu comunitário. E as pessoas questionavam qual a importância de se ter um museu se o que eles estavam precisando era de alimentos, de hospital; e que, mediante as respostas, havia um trabalho de sensibilização mostrando a importância de se ter um espaço em que a história dos moradores da região fosse valorizada e que a luta deles fosse enaltecida.

Em 2011 foi realizada a primeira exposição que retratou a luta da Estrutural, a luta por fixação, e a exposição chamou-se “Luta, Resistência e Conquista”. Esse evento ajudou a reforçar para a comunidade a importância de suas histórias. Através de *banners* com fotografias, os moradores se sentiram integrantes, e a exposição contou com 900 moradores da Cidade Estrutural. No mesmo ano, a exposição foi apresentada na Semana de Extensão a Universidade de Brasília, com interação entre estudantes e comunidade como uma forma dos alunos, professores e corpo administrativo da instituição federal pudessem ser sensibilizados e passassem a conhecer as lutas e a história da população da Estrutural.

Partindo do Ponto de Memória, os documentos da comunidade foram reunidos tendo em vista a coleta de depoimentos dos moradores da Cidade Estrutural, de imagens (fotografias,

vídeos, de objetos tridimensionais). O objetivo dos documentos era ter registrado a maneira como se deu o início da Estrutural, o que motivou as pessoas a se estabelecerem nessa região e quais as dificuldades de residir em um local em que o poder público não os atendia e quais as ações de resistência a comunidade empreendeu. No entanto, tem-se também os documentos produzidos para a gestão e organização das ações empreendidas pelos organizadores do Ponto de Memória da Cidade Estrutural.

O entendimento da estrutura organizacional e do contexto de produção documental é importante para que haja o entendimento do conjunto documental produzido por aquela entidade. Os documentos arquivísticos físicos produzidos, recebidos e/ou doados para o projeto estão sob posse da ativista Maria Abadia Teixeira de Jesus, apesar de terem uma organização cronológica e/ou por ações empreendidas, a organização é primária. Não há um tratamento arquivístico. Os documentos de modo geral estão em pastas organizadoras e eles estavam alocados na sede do Ponto de Memória que sofreu com saques e com invasões. Os documentos não sofreram nenhum desmembramento quando ocorreram as invasões das instalações do Projeto, no entanto, como o Ponto de Memória da Cidade Estrutural ficou sem sede, os documentos migraram para outros espaços e ficaram sob posse de diferentes pessoas, até estabelecerem-se com a Abadia.

Os documentos natos digitais estão em um drive não havendo um backup. Apesar de estarem reunidos em um único repositório, há cópias dispersas dos documentos digitais que foram enviadas para diferentes colaboradores. Não há um controle dos usuários que acessaram, da mesma forma que não há restrições quanto a graus de sigilo e nem para o acesso, tanto dos documentos físicos quanto dos documentos digitais. Teve início uma iniciativa de organização e disponibilização dos documentos na plataforma de acesso Access To Memory (AtoM), no entanto devido as descontinuidades do Projeto a iniciativa não foi finalizada. As iniciativas de difusão perpassam pelas exposições e pelas palestras proferidas quanto ao Projeto, no entanto não há uma difusão sistematizada; ela ocorre quando há uma provocação por parte das entidades que solicitam que os colaboradores do Ponto de Memória falem sobre ele.

Figura



(Fonte: <http://memoriaestrutural.blogspot.com/>. Acessado em: 07/08/2022)

Além dos documentos físicos, digitalizados e digitais há ainda uma preocupação quanto a preservação de sites, blogs e redes sociais criados para difusão do Ponto de Memória da Estrutural ou de iniciativas específicas, como as exposições, por exemplo. Os documentos gerados no decorrer do Projeto não possuem um tratamento arquivístico que abarque a complexidade documental e nem foi possível fazer um levantamento da metragem linear, dos itens e nem tão pouco dos *Kbytes* que foram produzidos, coletados, doados ao longo do Projeto já que a dispersão dificultou essa *verificação*.

#### 4 CONCLUSÃO

Os arquivos comunitários servem para que as comunidades se sintam representadas, valorizando assim a identidade dos indivíduos que compõe o grupo, de maneira que eles passam a falar sobre sua realidade sendo porta-vozes da maneira como querem ser vistos pela sociedade, seja enaltecendo pontos que considerem positivos da comunidade seja denunciando medidas arbitrárias por parte do Estado ou dos seus, promovendo assim a equidade para a população favelada já que através dos documentos pode se conhecer as necessidades específicas desse grupo. Portanto, os documentos produzidos por eles mesmos podem ser instrumentos de integração da comunidade, da preservação do passado comum, das vivências coletivas, do enaltecimento de saberes socialmente oprimidos.

Considerar que esses conjuntos documentais são importantes fontes para as pesquisas é reduzi-los à perspectiva acadêmica sem levar em consideração que esses documentos são importantes para um grupo social, para a sua identidade, para o seu empoderamento, como sinônimo de resistência e como importantes para entender uma identidade local, uma perspectiva social que se distingue das esferas dominantes. Os conjuntos documentos reunidos e organizados no campo popular podem representar movimentos sociais, grupos políticos, comunidades periféricas e indivíduos, todos eles abarcando minorias políticas que necessitam e que precisam ter suas identidades, suas histórias e seu protagonismo social alavancados.

O Ponto de Memória situado no Distrito Federal foi uma instituição de memória, museu popular, gerido por representantes da comunidade, que produziu documentos arquivísticos e teve como foco reflexões sobre as vivências, a identidade, o protagonismo e a história dos indivíduos que habitam na Estrutural. está intimamente ligado ao reconhecimento de que o poder está atrelado ao desenvolvimento social de grupos desprovidos de poder político. As vivências e os saber comunitário representados através de registros documentais para que possam ser acessados e difundidos.

## Referências

ABATH, Rachel Joffily; RIOS, Gilvando Sá Leitão; DE MELO, Denise Gomes Pereira. A necessidade de uma fertilização mútua entre os campos da documentação acadêmica e alternativa. **Informação & Sociedade**, v. 6, n. 1, 1996.

CAMOLEZE, Jean Marcel Caum. **Arquivos e movimentos sociais**: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234955>>.

CARVALHO, Silmara Küster de Paula. *Museologia biófila: o ponto de memória da estrutural, Distrito Federal, Brasil (2011-2019)*. Tese (Doutorado em Museologia) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2020. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/11804>

CARVALHO, Silmara Küster de Paula. “Luta, resistência e conquista”: a extensão universitária no Ponto de Memória da Estrutural, Distrito Federal. **Museologia & Amp; Interdisciplinaridade**, v. 8, n. 16, p. 310–329. 2019. <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i16.27327>

CASWELL, M.; CIFOR, M. From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives. **Archivaria**, [S.l.], v. 81, p.23-43, 2016. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557> . Acesso em: 29 nov. 2019.

COOK, Terry. The Tyranny of the Medium: A Comment on "Total Archives." **Archivaria**, v. 9, p. 141-49, January 1979. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12566> Acesso em 25/08/2021.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.

DUFF, Wendy M. *et al.* Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, v. 13, n. 4, p. 317-348, 2013.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: Some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry, MACNEIL, Heather. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-259

IACOVINO, Lívia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry, MACNEIL, Heather. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, p. 261-302, 2016.

MENEZES, Cleice; TENAGLIA, Monica. Arquivos comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. In: **CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a perspectiva social em foco**. / Isabela Sousa Curvo, Luiz Felipe Sousa Curvo, Maria Luiza Lucas dos Santos (org.). Rio de Janeiro: Zume, 2021. 150p.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A contribuição dos Centros Populares de Documentação e Comunicação nos processos de produção comunicativa dos movimentos sociais. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018.

MOTT, LUIZ. Memória gay no Brasil: o amor que não se permitia dizer o nome. In: LEIBING, Annette; PENNINGHOFF-LUHL, Sibylle. **Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória**. São Paulo: Editora Mandarim, 2001.

QUINTANA, Antonio González. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 10-23, 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social** / Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília, DF: Phábrica, 2016.

RAMALHO, Francisca Arruda *et al.* Os centros populares de documentação e comunicação no contexto paraibano: elementos para reflexão. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 1, 1999.

**TRABALHADORES, arquivos, memória, verdade, justiça e reparação: reflexões do 4º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos** / organizadores Antonio José Marques, Inez Terezinha Stampa e Sonia Troitiño. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2018.